A iniciativa UN80, o endurecimento da política migratória na Argentina e os novos dados de migração da OIM

La iniciativa UN80, el endurecimiento de la política migratoria en Argentina y los nuevos datos sobre migración de la OIM

The UN80 initiative, the changes in migration policy in Argentina and the new data on migration by IOM

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O presente informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta as principais notícias da última quinzena sobre a temática da saúde, migração e refúgio. Primeiro, comenta-se acerca da agenda de migração e refúgio na iniciativa UN80, aprovada na Assembleia Geral da ONU de 2025, que busca reformar o sistema das Nações Unidas em direção a maior eficiência diante dos novos e complexos desafios globais. Em seguida, será apresentado um resumo das mudanças na política migratória argentina sob governo de Javier Milei, estabelecendo medidas que permitem restringir a entrada ou determinar a expulsão de estrangeiros que manifestem discursos de ódio, práticas discriminatórias ou incitação à violência contra argentinos. Por fim, são apresentados os dados de novos relatórios publicados pela OIM em agosto, tanto sobre as tendências migratórias do início de 2026 quanto sobre o relatório das ações realizadas pela organização em 2025.

Palavras-chave: Migração; Refúgio; Proteção internacional; Governança migratória.

Resumen: *El presente informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, presenta las principales noticias de los últimos quince días sobre los temas de salud, migración y refugio. En primer lugar, se aborda la agenda de migración y refugio en la iniciativa UN80, aprobada en la Asamblea General de la ONU de 2025, que busca reformar el sistema de las Naciones Unidas para lograr una mayor eficiencia ante los nuevos y complejos desafíos globales. A continuación, se presenta un resumen de los cambios en la política migratoria argentina bajo el gobierno de Javier Milei, que establece medidas que permiten restringir la entrada o determinar la expulsión de extranjeros que manifiesten discursos de odio, prácticas discriminatorias o incitación a la violencia contra los argentinos. Por último, se presentan los datos de nuevos informes publicados por la OIM en agosto, tanto sobre las tendencias migratorias de principios de 2026 como sobre el informe de las acciones llevadas a cabo por la organización en 2025.*

Palabras clave: *Migración; Refugio; Protección internacional; Gobernanza migratoria.*

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refugees and Global Health, presents the main news from the past weeks on health, migration and refuge. First, there is a comment on the agenda of migration and refuge in the UN80 initiative, approved by the UN General Assembly in 2025, that aims to reform the UN system to promote more efficiency in face of the new and complex global challenges. Then, there will be a summary of the changes in migration policy in Argentina under Javier Milei's government, which established new measures*

that allow restrictions to entrance and the expulsion of foreigners that manifest hate speech, discriminatory practices or promote violence against Argentinians. Last, new data from IOM reports published in August will be presented, regarding the migration tendencies from the first months of 2026 and a report of actions implemented in 2025.

Keywords: *Migration; Refugees; International protection; Migration governance.*

Migração e refúgio na iniciativa UN80

Em 2025, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, foi adotada a resolução 79/318 que estabelece a iniciativa UN80[1], cujo objetivo é realizar uma reforma geral do sistema ONU. A reforma busca compreender como a ONU pode se tornar mais ágil, integrada e equipada para responder aos desafios globais complexos com recursos escassos, sendo mais eficiente com menos barreiras burocráticas. A iniciativa, que abrange todas as agências e estruturas das Nações Unidas, foi organizada ao redor de três eixos principais: (i) eficiência no secretariado da ONU, (ii) revisão da implementação do mandato e (iii) realinhamentos estruturais e programáticos[1]. No caso da agenda de migração, refúgio e saúde, as principais discussões estão conectadas com o último eixo, que visa alinhar as estratégias do sistema ONU aos seus objetivos e entregar resultados coletivamente, com propostas sobre segurança e paz, ação humanitária, desenvolvimento sustentável e direitos humanos[1].

As duas principais organizações envolvidas na governança das migrações e do refúgio, a Organização Internacional para Migrações (OIM) e o Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR), estão envolvidas na criação do Novo Pacto Humanitário, que deve fazer com que o sistema humanitário seja mais rápido, eficiente e coerente com maior impacto sobre as pessoas em situação de crise[2]. Destacam-se as ações 23 e 24 dentro desse pacote de trabalho, as quais deverão alinhar as responsabilidades das agências em abordagens institucionais conjuntas, com papéis mais claros, e fortalecer a colaboração e a interoperabilidade dos dados humanitários para que as agências trabalhem com uma base de evidências comum. No último relatório de progresso disponibilizado no dashboard da iniciativa UN80[2], é reportado que o trabalho conjunto sobre mobilidade e deslocamento humano está sendo implementado e um *brief* deverá ser realizado pelo Secretário-Geral em setembro.

O endurecimento da política migratória na Argentina sob o governo Javier Milei: impactos sobre os direitos e o acesso à saúde

Em 30 de julho, o governo do presidente argentino Javier Milei promoveu alterações na Lei de Migração por meio de decreto, estabelecendo medidas que permitem restringir a entrada ou determinar a expulsão de estrangeiros que manifestem discursos de ódio, práticas discriminatórias ou incitação à violência contra cidadãos argentinos ou contra símbolos nacionais. A medida foi publicada no Diário Oficial da República Argentina[3].

A alteração normativa ocorreu em meio a uma controvérsia envolvendo críticas e acusações dirigidas à Argentina por artistas internacionais, que se intensificaram após o avanço da seleção argentina na Copa do Mundo. Com a aproximação da final da competição, disputada contra a Espanha, as manifestações ganharam maior repercussão, levando o presidente Javier Milei a denunciar a existência de uma suposta campanha "anti-Argentina"[3].

Entre as justificativas apresentadas pelo governo argentino para a edição do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) nº 681/2026, destaca-se a alegação de que teriam aumentado

de forma significativa as manifestações consideradas como “mensagens de ódio”, bem como atos de hostilidade e desprezo dirigidos especificamente ao povo argentino, à sua cultura e à sua identidade nacional. Segundo o governo, tais manifestações representariam um risco à população e estariam em desacordo com o que considera ser o respeito básico esperado de estrangeiros que pretendam ingressar ou permanecer no território argentino[3,5].

Nesse sentido, o decreto sustenta a necessidade de adoção de medidas consideradas rigorosas diante dessas situações, estabelecendo alterações na Lei de Migração nº 25.871. As modificações abrangem três dispositivos relacionados à manifestação, de forma oral ou escrita, de supostas mensagens de ódio, à incitação à violência contra cidadãos argentinos em razão de sua nacionalidade e à realização ou participação em atos considerados ofensivos aos símbolos nacionais. Entre as medidas previstas, encontram-se a possibilidade de cancelamento da residência de estrangeiros, a determinação de saída do território argentino dentro do prazo estabelecido e a expulsão do país[3].

O texto normativo, contudo, estabelece que manifestações de dissidência ideológica ou críticas de natureza política, acadêmica ou cidadã não devem ser enquadradas nessas disposições quando constituírem exercício legítimo dos direitos assegurados pela Constituição argentina. Apesar dessa ressalva, o decreto não apresenta uma definição precisa do conceito de “mensagens de ódio”, tampouco estabelece de maneira detalhada os critérios que deverão ser utilizados pelas autoridades para identificar e caracterizar tais manifestações[5].

A ministra da Segurança Nacional da Argentina, Alejandra Monteoliva, afirmou que as alterações promovidas pelo decreto incidem sobre três aspectos da legislação migratória: o impedimento de entrada no país, o cancelamento da residência e os efeitos decorrentes desse cancelamento. Ao defender a medida, a ministra argumentou que os Estados, enquanto entidades soberanas, possuem competência para determinar as condições de ingresso e permanência de estrangeiros em seus territórios. Segundo sua justificativa, a medida estaria direcionada a situações consideradas ameaças aos símbolos nacionais e à identidade nacional argentina, como atos de destruição ou profanação da bandeira e manifestações que incitem violência, não se tratando, em sua interpretação, de uma questão de natureza ideológica ou religiosa[5].

Em continuidade às medidas de endurecimento da política migratória adotadas pelo governo de Javier Milei, outra iniciativa diz respeito ao acesso de estrangeiros não residentes aos serviços públicos de saúde. Em agosto de 2026, o governo argentino anunciou que hospitais públicos passariam a cobrar desses estrangeiros por atendimentos considerados não urgentes. A medida, apresentada como forma de combater o chamado “turismo de saúde”, corresponde à implementação de disposições previstas em um decreto publicado em 2025[4].

Segundo o governo argentino, a cobrança não se aplicaria a situações de emergência que envolvam risco à vida. Nesses casos, o atendimento deverá permanecer gratuito e não poderá ser postergado. Entre os procedimentos abrangidos estão o atendimento a paradas cardiorrespiratórias, infartos, acidentes vasculares cerebrais, traumas graves, hemorragias intensas, queimaduras extensas e emergências obstétricas, pediátricas e neonatais, entre outras situações classificadas como emergenciais[4]. De acordo com as autoridades argentinas, a medida teria como principal objetivo restringir o denominado “turismo de saúde”, caracterizado pela entrada de pessoas no país com a finalidade de utilizar os serviços públicos de saúde e posterior retorno ao país de origem. Entretanto, o governo não apresentou dados que permitissem

dimensionar a ocorrência desse fenômeno ou demonstrar sua relevância para o funcionamento do sistema público de saúde[4].

A implementação da medida também apresenta limitações relacionadas à organização federativa do sistema de saúde argentino. Na Argentina, a gestão dos serviços de saúde é, em grande medida, responsabilidade das províncias, com exceção de determinados estabelecimentos sob administração do governo nacional. Nesse contexto, algumas províncias localizadas em regiões fronteiriças, como Salta e Jujuy, já haviam adotado, desde 2024, a cobrança de determinados atendimentos médicos prestados a pessoas não residentes[4].

A iniciativa integra um conjunto mais amplo de mudanças promovidas pelo governo Milei na legislação e nas políticas migratórias, que incluem alterações nos critérios de concessão de residência permanente, bem como mecanismos relacionados ao impedimento de entrada e à expulsão de estrangeiros condenados por determinados delitos. Essas medidas têm sido objeto de controvérsias e críticas por parte de setores da oposição, que questionam tanto a justificativa relacionada ao chamado "turismo de saúde" quanto os possíveis impactos sobre o direito à saúde[4].

Nesse sentido, representantes da oposição argumentam que as dificuldades enfrentadas pelo sistema público de saúde estariam relacionadas principalmente à insuficiência de recursos e financiamento, e não à utilização dos serviços por estrangeiros não residentes. O ministro da Saúde da província de Buenos Aires, Nicolás Kreplak, afirmou que esse grupo representaria uma parcela reduzida dos atendimentos, estimando sua participação em aproximadamente 0,4% das consultas em serviços de emergência e 0,5% das internações. A declaração reforça a existência de uma disputa em torno das justificativas apresentadas pelo governo para a adoção de medidas que restringem o acesso de migrantes aos serviços públicos de saúde[4].

Novos dados da OIM apontam transformações dos fluxos migratórios em 2026

De acordo com um novo estudo da OIM publicado em 12 de agosto, o *Global Overview of Migration Routes*[6], a morte de migrantes mais do que dobrou na rota central do Mediterrâneo e triplicou no leste do Mediterrâneo nos primeiros quatro meses de 2026 comparado ao mesmo período do ano anterior, ainda que o número de pessoas dirigindo-se à Europa tenha sido reduzido significativamente. Os dados revelam que condições climáticas severas, conflitos, pressões econômicas e mudanças nas políticas migratórias têm transformado os fluxos migratórios em diversas regiões nos primeiros meses de 2026, mas que menos migrações não significa que as jornadas estão mais seguras. No Mediterrâneo Central, 821 pessoas morreram, sendo que mais da metade das mortes ocorreram em janeiro após a passagem do ciclone Harry; no Leste, foram registrados 244 óbitos, correspondendo a um aumento de 259% em relação a 2025, muitos devido a desastres nas travessias marítimas próximas a Creta.

Embora o número total de travessias tenha sido menor do que em 2025, nem todas as rotas seguiram essa tendência. No oeste do Mediterrâneo, para entrada na Espanha, houve um aumento de 66%, já as chegadas no Iêmen pelo chifre da África cresceram 9%. Outro fenômeno observado foi o impacto gerado pelos conflitos armados no Oriente Médio. Após a escalada da violência em fevereiro, grandes ondas de deslocamento foram identificadas no Líbano e diversos retornos para a Síria ocorreram entre março e abril. Ademais, a migração de sudaneses e somalis continuou a aumentar nas rotas do leste, oeste e centro do Mediterrâneo devido ao conflito no

Sudão do Sul. Por fim, o fortalecimento da cooperação transfronteiriça na América Central levou à redução significativa de deslocamentos em direção ao norte do continente.

Em outro relatório também lançado em agosto, *Operating in Crisis Report,* a OIM realiza um balanço de suas atividades no ano de 2025[7]. Ao longo do ano, mais de 300 milhões de pessoas necessitavam de ajuda humanitária em contextos de conflito, desastres e deslocamento, das quais 17,8 milhões foram assistidas pela OIM em 170 países. A Organização providenciou abrigo para 7,3 milhões de pessoas; serviços de água, saneamento e higiene para 5,1 milhões de pessoas; e apoio 4,2 milhões de pessoas com consultas de assistência primária em saúde. Apesar das necessidades crescentes, 2025 registrou cortes significativos no financiamento para ajuda humanitária. O relatório também destaca que, para melhor atender aos próximos desafios internacionais complexos, é importante que a ação humanitária seja mais eficiente, coordenada e baseada em evidências para assegurar que os recursos limitados alcancem aqueles que mais necessitam.

Referências

1. ONU. **What is the UN80 initiative**? 1 jul. 2025. Disponível em: https://www.un.org/un80-initiative/en/news/what-un80-initiative. Acesso em: 16 ago. 2026.
2. ONU. **UN80 Initiative Actions Dashboard**. 8 mai. 2026. Disponível em: https://un80actions.un.org/. Acesso em: 16 ago. 2026.
3. CNN EN ESPAÑOL. **Milei prohíbe el ingreso de extranjeros por mensajes de odio.** *CNN en Español*, 30 jul. 2026. Disponível em:https://cnnespanol.cnn.com/2026/07/30/argentina/milei-prohibe-ingreso-extranjeros-mensajes-odio-orix. Acesso em: 14 ago. 2026.
4. BFMTV. **En Argentine, finie la gratuité de tous les soins pour les étrangers non-résidents : Javier Milei souhaite lutter contre le « tourisme sanitaire »**. *BFMTV*, 11 ago. 2026. Disponível em: https://www.bfmtv.com/economie/en-argentine-finie-la-gratuite-de-tous-les-soins-pour-les-etrangers-non-residents-javier-milei-souhaite-lutter-contre-le-tourisme-sanitaire_AD-202608110474.html?at_brand=BFMTV&at_compte=BFMTV&at_plateforme=facebook&at_campaign=Fan_pages&at_medium=Community_Management&fbclid=IwVERTSATpH8FwZG9mBWV4dG4DYWVtAjEwAHNydGMGYXBwX2lkDDM1MDY4NTUzMTcyOAABHrr_yBd0EHJYAA3fKk9Qh1WGIsVdZMS5YIyCiXE4Rq2z4RjA8FD_JNO5dNAu_aem_HjaLHz3XaSL1VB2Pygy1Ww&sfnsn=wiwspwa. Acesso em: 14 ago. 2026.
5. METRÓPOLES. **Sem citar casos, decreto de Milei aponta discurso de ódio contra Argentina**. *Metrópoles*, 30 jul. 2026. Disponível em:https://www.metropoles.com/mundo/sem-citar-casos-decreto-de-milei-aponta-discurso-de-odio-contra-argentina. Acesso em: 14 ago. 2026.
6. OIM. **Gobal Overview of Migration Routes**. 12 ago. 2026. Disponível em: https://dtm.iom.int/reports/global-overview-migration-routes-jan-april-2026. Acesso em: 17 ago. 2026.
7. OIM. **IOM Assists 17.8 Million People Worldwide Despite Growing Humanitarian Funding Gap**. Genebra, 05 ago. 2026. Disponível em; https://www.iom.int/news/iom-assists-178-million-people-worldwide-despite-growing-humanitarian-funding-gap. Acesso em: 17 ago. 2026.